

Extensão e interculturalidade: ensino de língua portuguesa e cultura brasileira para crianças e adolescentes em condição de migração e refúgio

Extensión e interculturalidad: enseñanza de lengua portuguesa y cultura brasileña para niños y adolescentes en condición de migración y refugio

Liliane Francisca Batista¹
Marcela Almeida de Paula²
Tamara Gonçalves Miranda³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a prática pedagógica exercida durante as aulas de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira ministradas a crianças e adolescentes migrantes e refugiadas no Projeto LER durante o ano de 2020. Essas práticas se baseiam na Educação Popular a partir das abordagens propostas por Paulo Freire e na Pedagogia de Célestin Freinet, partindo do princípio de que todo estudante traz consigo conhecimentos, história e trajetórias a serem somados e compartilhados uns com os outros. Ao mesmo tempo, as práticas pedagógicas preveem um estudante autônomo e crítico, capaz de se posicionar, questionar e refletir acerca de sua realidade. Concluímos apresentando os desafios que se apresentaram ao longo do percurso e os desfechos positivos e frutíferos.

Palavras-chave: Migrações de crise. Interculturalidade. Projeto LER.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar la práctica pedagógica ejercida durante las clases de Lengua Portuguesa y Literatura Brasileña impartidas a niños y adolescentes migrantes y refugiados en el Proyecto Ler durante el año de 2020. Estas prácticas se basan en la Educación Popular desde los enfoques propuestos por la Pedagogía de Paulo Freire y Célestin Freinet, basado en el principio de que cada alumno aporta conocimientos, historia y trayectorias para sumar y compartir entre sí. Al mismo tiempo, las prácticas pedagógicas proporcionan un alumno autónomo y crítico, capaz de tomar posición, cuestionar y reflexionar sobre su realidad. Concluimos presentando los desafíos que han surgido en el camino y los resultados positivos y fructíferos.

Palabras-clave: Migraciones de crisis. Interculturalidad. Proyecto LER.

INTRODUÇÃO

A crise migratória mundial é um assunto que a cada dia toma proporções maiores e merece atenção e cuidado. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2020), 79,5 milhões de pessoas no mundo foram forçadas a se deslocar de seu país de moradia no ano de 2019. Nesse mesmo período, há uma estimativa de que o

¹ Doutoranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: lilianefbatista@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: marcela.adp15@gmail.com

³ Graduanda em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: tamaramiranda01@gmail.com

Brasil tenha recebido 82.552 solicitações de refúgio (BRASÍLIA, 2020). Com esses números, o deslocamento forçado praticamente dobrou, se considerarmos as estatísticas da última década.

O número de crianças deslocadas também é bastante relevante, ficando entre 30 e 34 milhões (ACNUR, 2020). De acordo com os dados divulgados pelo boletim do Instituto Unibanco, coletados por meio do Censo Escolar, no Brasil, entre 2008 e 2016, o número de matrículas de estudantes migrantes e refugiados, nesse período, mais que dobrou, saltando de 34 mil para quase 73 mil. Nesse cenário, Minas Gerais é o terceiro estado brasileiro que mais recebe matrículas no Ensino Básico, abrigando uma porcentagem de 10,6%, ficando atrás apenas do estado de São Paulo (34,5%) e Paraná (10,7%). Cabe ressaltar, ainda, que a maior parte desses estudantes estão na rede pública de ensino, que abriga um total de 64% das matrículas (UNIBANCO, 2018).

Considerando o alto número de estudantes migrantes e refugiados no Brasil, nota-se a necessidade de buscar oferecer uma educação de qualidade para crianças e adolescentes que se encontram em condição de migração ou refúgio e devem ter seus direitos garantidos e respeitados. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é apresentar a prática pedagógica realizada com crianças e adolescentes participantes do Projeto LER (Leitura e Escrita com Refugiados e Migrantes), prática que tem como base princípios freireanos e freinetianos, já que possui concepções da Educação Popular e da Pedagogia do Bom Senso.

Dessa maneira, na busca pelo estabelecimento de um contato significativo e afetivo com as crianças e os adolescentes migrantes e refugiados, ambicionamos a educação como prática de liberdade, a partir de uma relação dialógica e horizontal, que considere, de fato, as características e os desejos que os sujeitos trazem consigo. Posto isso, pode-se afirmar que, analisando o contexto atual da situação migratória no mundo, o LER se mostra como um projeto que se propõe garantir direitos como a inclusão e a emancipação social de migrantes e refugiados, com vistas a uma educação justa e igualitária.

Projeto LER

A partir do contexto migratório, visivelmente forte em Belo Horizonte e região metropolitana, carente de ações e políticas públicas, dá-se início ao Projeto LER em 2018. Desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), sob a assessoria do Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão da Pró-reitoria de Extensão da universidade, em parceria com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), o projeto tem como objetivo contribuir para o exercício da autonomia pessoal, da inclusão e da emancipação social de refugiados e migrantes por meio do desenvolvimento de habilidades linguístico-discursivas e sócio-emocionais.

Atualmente, por sua natureza e resultados alcançados, o projeto conta com o reconhecimento do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas/Instituto Camões e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR-Brasil), recentemente sediada na PUC Minas. Suas ações são de natureza transdisciplinar, a partir da articulação de competências e conhecimentos de professores, alunos, ex-alunos e voluntários da área de Ciências Humanas e de outros campos do saber, mais precisamente, por representantes dos cursos de Letras, História, Psicologia, Pedagogia, Cinema, Fonoaudiologia, Direito, Jornalismo e Arquitetura.

O LER iniciou suas atividades com um grupo de 15 migrantes, inscritos e frequentes em 2018, já em 2020, o projeto alcançou um número de 85 migrantes. Nesse mesmo ano, sua oferta se estendeu também a um grupo de 30 crianças e adolescentes entre 4 e 16 anos, a partir de uma demanda do próprio grupo de estudantes das turmas de adultos, que trouxeram relatos em relação a seus filhos e demais crianças e adolescentes de sua convivência. Em função do isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19 e recomendado pela Organização

Mundial de Saúde, a partir de setembro de 2020, todas as aulas passaram a ser ofertadas remotamente, nas modalidades síncrona e assíncrona.

No Projeto LER, nos pautamos a partir de três princípios básicos que norteiam as aulas e demais atividades, a saber:

1. Acolher cada estudante com toda a nossa atenção, respeito, bem querer;
2. Criar com os estudantes o espírito de uma comunidade intercultural de aprendizagem;
3. Ampliar o conhecimento de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para nossos estudantes.

A práxis cotidiana do Projeto LER: Educação Popular e Pedagogia de Freinet

Considerando o contexto atual de migração vivenciado no Brasil e no mundo e a partir das premissas do Projeto LER, nos predispomos a uma práxis pautada na Educação Popular numa perspectiva não tradicionalista e conteudista. Embora compreendamos que o acesso à educação é um direito de todos assegurado por lei, observamos que, muitas vezes, essa garantia se mostra falha e impotente. Essa afirmação pode ser comprovada quando o acesso de comunidades quilombolas à escola é precário e sua permanência dentro do sistema escolar se torna frágil e instável; quando adolescentes carentes precisam deixar os estudos para trabalhar e ajudar no sustento da família; quando famílias em situação de refúgio não conseguem a plena garantia de direitos básicos, como “o direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017), entre tantos outros exemplos que revelam problematizações no sistema educacional.

A partir dessa perspectiva, apontamos a significativa contribuição que nos traz a Educação Popular, movimento pedagógico e político que teve como um de seus idealizadores o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Ao se fortalecer como um movimento revolucionário, a Educação Popular se apresenta como resistência contra a ditadura militar na década de 60 e como uma educação das classes populares, o que revela ser essencial valorizar a cultura produzida pelo próprio povo, sem que haja uma dominação, mas que, sim, se promova a emancipação social dos sujeitos e dê voz e vez às classes oprimidas, a fim de transformar o mundo ao tornar a sociedade mais justa e democrática.

De acordo com Brandão (2006, p. 86), a Educação Popular é uma forma de “prática cultural para a liberdade”. Nessa perspectiva, o autor salienta a necessidade de repensar as formas de ensinar e aprender, de modo que a prática pedagógica revele o sentido político da educação. Isso posto, urge compreender o poder transformador da Educação Popular e a forma com que ela se relaciona com as concepções de mundo dos sujeitos, considerando as suas condições de vida. Ademais, nota-se que, para os pensadores da Educação Popular, a educação como um ato de resistência implica em uma práxis educativa horizontal, que permite ao aluno pensar criticamente em sua realidade, vivenciar experiências concretas e ser estimulado na prática da autonomia.

As práticas e atividades desenvolvidas no Projeto são pensadas a partir de referenciais e princípios pedagógicos que promovam, também, a interação ativa dos sujeitos. Esta abordagem se dá de forma ativa e dinâmica, por meio da qual o educador propõe atividades a partir das demandas trazidas pelos educandos. Sendo assim, é essencial que o processo de ensino-aprendizagem seja centrado nos aprendizes, rompendo com uma ideia tradicionalista, mas já sem forças, de que o professor detém o poder a partir dos conhecimentos que detém e o aluno, tábula rasa, apenas absorve o que lhe é transmitido sem que a ele seja dada a oportunidade de contribuir e realizar trocas.

Célestin Freinet, grande teórico francês que viveu no início do século XIX, também apresentou grandes contribuições para a educação a partir de técnicas que rompiam com a

educação tradicional. Para Freinet, era importante que os educadores promovessem situações no ambiente escolar em que os educandos fossem construtores do conhecimento, de forma que eles fossem capazes de compartilhar vivências de maneira conjunta e em diálogo (GUMIERO; ARAÚJO, 2018). Dessa forma, vale reconhecer que os princípios da pedagogia de Freinet são importantes referenciais para nortear o trabalho docente no presente Projeto, para que o processo educativo se dê em consonância às práticas que ultrapassam e questionam a proposta tradicional.

Dessa maneira, a Educação Popular e os princípios da Pedagogia de Freinet apontam para a prática efetiva do direito à educação, conforme previsto pela Constituição Federal, de modo a ser garantida dentro das instituições educativas para a formação integral, justa e equitativa dos sujeitos. Nesse sentido, o Projeto LER, no âmbito do trabalho com crianças e adolescentes, tem como parâmetro os princípios freireanos em consonância com a Educação Popular, bem como os princípios freinetianos, que nos levam a relacionar os estudos com a vida. No viés da práxis educativa para o Ensino de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Migrantes e Refugiados de nacionalidades diversas, almejamos uma aprendizagem coletiva, emancipatória e libertadora.

Metodologia e Proposta Pedagógica do Projeto LER – Crianças e Adolescentes

Conforme já mencionado, a partir da demanda apresentada pelos estudantes adultos sobre a necessidade de oferta de aulas voltadas para o público infantil e adolescente, organizamos as inscrições via Google Forms e divulgamos em nossas plataformas informações básicas para a participação dos interessados no processo. A partir das inscrições recebidas, avaliamos, naquele momento, ser prudente a divisão das turmas por faixa etária, de forma que obtivemos quatro turmas, sendo elas: i) 4 a 6 anos; ii) 7 e 8 anos; iii) 9 a 11 anos; iv) 12 a 16 anos. Os encontros se deram de forma remota, inicialmente, na modalidade assíncrona, com a comunicação prioritária por meio de grupos de WhatsApp criados pelas professoras a partir dos dados disponibilizados no formulário de inscrição.

A sistematização curricular e didática foi e é organizada de forma dialógica a partir da interação e da relação do educador com os educandos, conforme os princípios freireanos e freinetianos. As aulas e as propostas de atividades se dão considerando-se os interesses, as experiências, as dúvidas, os desejos e a cultura dos estudantes. Partindo dessa premissa, os encontros não se dão a partir de um material didático previamente idealizado e sistematizado, ao contrário, o material vai sendo construído a cada aula a partir da avaliação que o professor faz das aulas anteriores. Como um dos objetivos de cada educador do Projeto, desde as primeiras aulas, é conhecer os alunos, suas realidades, suas histórias, seu repertório linguístico e cultural, só a partir desse conhecimento e análise é que nos propomos a buscar e elaborar materiais mais coerentes e adequados ao perfil de cada grupo.

O planejamento dos encontros é feito pelas educadoras extensionistas do curso de Pedagogia e Letras, com o auxílio das professoras doutoras Josiane Militão e Sandra Cavalcante, coordenadoras do Projeto LER. As temáticas desenvolvidas nos encontros levam em conta a cultura brasileira em diálogo com a cultura dos educandos, valorizando e trazendo para o centro a língua e a cultura do estudante. Em 2020, abordamos temas como datas comemorativas, festividades, modos de lazer, brincadeiras, músicas, relatos pessoais dentre outros temas.

Durante as atividades de interação oral, sugerimos situações em que o estudante apresente termos e expressões ditas na língua do seu país de origem. Por meio dessa abordagem, adotamos e defendemos o “acolhimento em línguas” (BIZON; CAMARGO, 2018) refutando a hegemonia de uma única língua sobre as outras. Nessas interações, a língua do migrante vem à tona como parte pulsante de sua identidade e como sua forma de expressão. Nessas situações,

o aluno vê a si próprio, a sua língua, a sua cultura e o seu país valorizados, já que professor e colegas se interessam por conhecer palavras, termos e frases no seu idioma primeiro, uma vez que há espaço para que ele possa compartilhar um pouco de quem é, do país de onde vem, da cultura que carrega consigo e da história que traz tatuada.

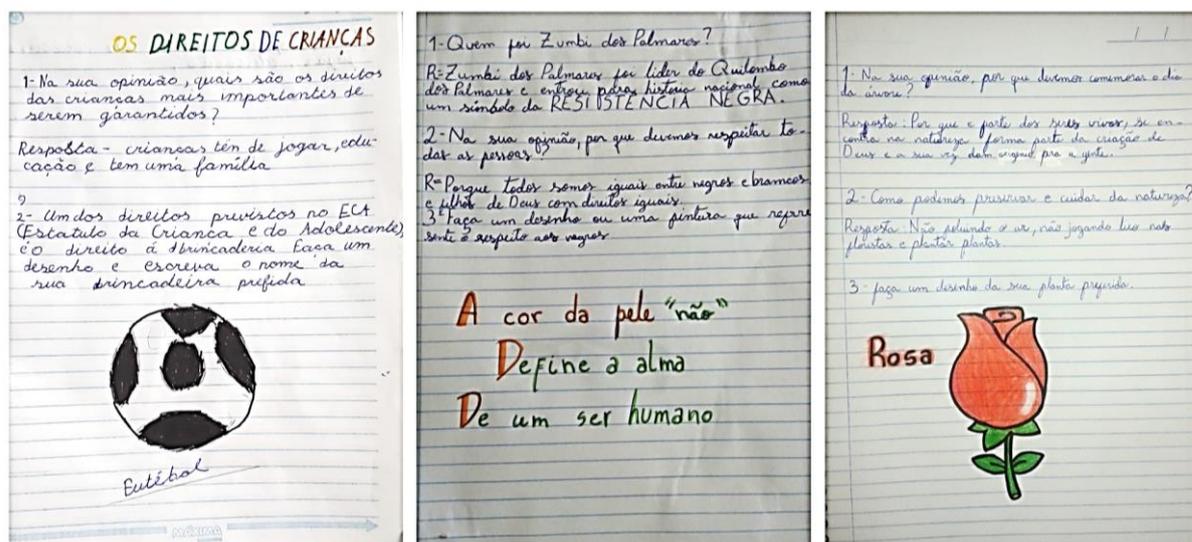
Além das atividades de interação, propomos trabalhar, também, pequenas produções escritas com educandos alfabetizados e em processo de alfabetização e desenhos com crianças menores. Conforme as temáticas que vão sendo trazidas para a aula e a partir da recepção pelos estudantes de cada proposta, sugerimos atividades variadas, desde a interação verbal entre os pares durante as aulas síncronas à produção escrita tanto formal como sugestão de atividade, como informal, nos grupos de WhatsApp.

Freinet, ao repensar os paradigmas educacionais vivenciados em seu tempo, procurou re-significar as propostas de atividades para que estas fossem mais significativas aos estudantes e promovessem interação e construção do conhecimento. A partir de atividades externas, era proposto por ele que os alunos desenvolvessem a escrita reflexiva decorrente da experiência de uma “aula passeio” - conforme descrito a seguir.

Vivenciando esses passeios, Freinet elaborou um conjunto de técnicas que foram aplicadas coletivamente. Esse conjunto, ao qual ele atribuiu a denominação de cooperativa, expressa a prática social. Os alunos escrevem e descrevem livremente os conhecimentos adquiridos por meio das aulas passeio, construindo suas próprias histórias no papel (GUMIERO; ARAÚJO, 2018).

Desse modo, fica claro que, a partir do desenvolvimento de atividades escritas, é possível dar voz aos estudantes, que podem falar o que sentem e acham sobre determinados assuntos diversos por meio de uma gama de incontáveis gêneros textuais. Apresentamos nas imagens a seguir alguns exemplos de temas que foram trabalhados em 2020, como os direitos das crianças, o dia da consciência negra, o dia da árvore, entre outros temas sempre contextualizados para cada momento. Nessas atividades, o estudante ficou livre para escrever “do seu jeito”, de forma a produzir um texto por meio do qual fosse capaz de expressar suas opiniões e crenças.

Imagem 1 - Produções escritas



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Nesse movimento em direção ao aluno, ao trazer para o centro seus saberes e suas histórias, desconstruímos o que vem sendo chamado de “discurso da falta” (LOPEZ, 2016), modelo por meio do qual o refugiado é visto como alguém a quem tudo falta, a partir de uma postura etnocêntrica, essencialista e totalizadora. Por meio desse discurso, as pessoas são vistas como alguém a quem tudo falta, como seres destituídos de origem, de história e cultura. Consideram-se esses indivíduos como pessoas carentes, necessitadas de ajuda, de caridade, de olhar piedoso, o que gera um efeito de marginalização e apagamento. Ao contrário, essas pessoas têm muito o que contribuir ao compartilharem suas histórias, suas experiências, sua cultura e sua língua e é isso o que propomos: trazer para o centro da aula as experiências e histórias dos estudantes, numa tentativa de romper com um discurso previamente estabelecido e inverossímil.

Diante disso, durante o processo de ensino de língua portuguesa e cultura brasileira, propomos também atividades interculturais, em que os sujeitos podem estabelecer relações de trocas, aprendizagens mútuas que revelam sobre suas culturas, línguas, identidades e aquilo que eles trazem de suas origens e histórias. Um exemplo de atividade desenvolvida foi a confecção das bandeiras dos países de origem das crianças e adolescentes. Nessa atividade propusemos, que os estudantes se sentissem livres para representar o país de onde vinham através da arte, por meio de desenhos, pinturas, colagens ou outras formas de representação artística.

Imagem 2 - Produções artísticas



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

A partir das aulas síncronas e assíncronas, foi possível conhecer melhor os interesses dos alunos, suas histórias, seus desejos e seus planos para o futuro, o que, de certa forma, nos dava um direcionamento a respeito de quais caminhos seguir. Essas interações, tanto nas aulas síncronas quanto nos grupos de *WhatsApp*, nos ajudavam a balizar o grau de envolvimento dos estudantes, sendo possível perceber quando o estudante estava mesmo interessado em realizar as atividades ou quando ele não se sentia contemplado pelas aulas propostas.

Além do contato semanal com os estudantes, procuramos desenvolver um contato mais próximo com as famílias, ação por meio da qual, acreditamos, faz com que o processo educativo se desenvolva com mais afinco. Para o grupo de crianças, é necessário, inclusive, que os responsáveis intermediem a aprendizagem, ajudando-as a realizar as atividades propostas. Trazer a família para a participação no processo pedagógico, em especial quando a criança está

ainda em fase de alfabetização, é essencial para o seu desenvolvimento e autonomia. A própria família se aproxima por ter que tirar um tempo para estar junto com o filho auxiliando-o nas tarefas da escola.

Ainda nesse contexto de interação com as famílias, percebemos, também, a necessidade de auxílio no processo de inserção e permanência na Educação Básica, visto que a atual modalidade por meio da qual se dão as interações – a modalidade remota – pressupõe algumas dificuldades de acesso e compreensão das informações veiculadas em sites oficiais do governo. Dessa forma, damos assistência e suporte a partir das demandas apresentadas pelas famílias das crianças e pelos adolescentes, como informações sobre matrícula e transferência, apoio técnico para a utilização das plataformas digitais disponibilizadas pela escola e incentivo e motivação para a continuidade dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseada nas pedagogias de Paulo Freire e Célestin Freinet, nossa prática pedagógica se estabelece a partir da realidade das crianças e dos adolescentes, que, por sinal, se encontram em situações diversificadas. Atendemos alunos da Venezuela, Síria, Índia, Haiti, Colômbia e EUA, no entanto, as diferenças vão além do país de origem de cada estudante. Aspectos como o motivo da migração e a história de vida dos estudantes e suas famílias também são norteadores para se pensar cada uma das atividades. Assim, levando em conta as demandas apresentadas pelos educandos e por suas famílias, buscamos exercer o acolhimento das identidades, culturas, línguas, de forma que os sujeitos desenvolvessem a autonomia e independência.

Apesar de algumas limitações em função do uso de ferramentas e tecnologias digitais, é possível estabelecer um espaço de aprendizagem acolhedor, um contato afetivo em que almejamos a educação como prática de liberdade. Os encontros semanais, as interações nos grupos de *WhatsApp* podem aproximar os migrantes dos seus pares num momento de isolamento e solidão. A troca nesses ambientes faz com que o indivíduo se enxergue no outro, se identifique se reconheça e se sinta capaz.

Além disso, pensando nos fundamentos de Freinet, que revelam que, além de um ambiente acolhedor, é importante que os educandos sejam construtores do conhecimento, pretendemos estabelecer um processo de ensino-aprendizagem dialógico e com significado para os sujeitos, em que eles possam estabelecer ricas relações com os demais educandos e com os educadores, transformando o ambiente em uma comunidade intercultural de aprendizagem.

Dessa maneira, ao pensar no diálogo como uma quebra da relação oprimido-opressor, buscamos estabelecer uma relação de aprendizagem mútua, em que ensinamos e aprendemos com as crianças e com os adolescentes migrantes e refugiados. “O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação” (FREIRE, 2018, p. 72). Assim, ao nos inserirmos na realidade dos educandos, torna-se possível estimular uma educação transformadora, em prol da garantia de direitos e da luta por justiça social.

REFERÊNCIAS

ALTO Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). *Dados sobre refúgio*, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/#:~:text=O%20deslocamento%20for%C3%A7ado%20afeta%20mais,foram%20for%C3%A7adas%20deixar%20suas%20casas>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BIZON, A. C.; CAMARGO, H. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. In: BAENINGER, R. *et al.* (org.). *Migrações Sul Sul*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASÍLIA. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Refúgio em Números*. OBMigra, 2020. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 66. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GUMIERO, Rosane; ARAÚJO, Cleber Contribuições de Paulo Freire e Célestin Freinet ao processo de ensino-aprendizagem. *Acta Scientiarum. Education*, v. 41, Editora da Universidade Estadual de Maringá - EDUEM, junho 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/41255>. Acesso em: 28 jun. 2021.

LOPEZ, A. P. A. *Subsídios para o planejamento de cursos de português como língua de acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil*. 2016. 261 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/RMSA-AJTNHQ>. Acesso em: 20 set. 2020.

UNIBANCO. *Aprendizagem em foco*. n. 38. fev. 2018. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/>. Acesso em: 26 abr. 2021.